



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100  
- www.crea-rs.org.br

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 2024.000019195-8

### 1. OBJETO

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DO SISTEMA DE ALARME DE SEGURANÇA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, PARA AS INSPETORIAS DO CREA-RS.**

### 2. FUNDAMENTAÇÃO / JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Considerando a necessidade de garantir a segurança dos funcionários e usuários das Inspetorias do CREA-RS, além da preservação patrimonial dos bens que estão vinculados nestas unidades, bem como dos imóveis do Conselho.

Considerando que as Inspetorias funcionam semanalmente em horário comercial, não abrindo para atendimento ao público aos finais de semana faz-se necessária a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, manutenção e monitoramento do sistema de alarme de segurança para as Inspetorias do CREA-RS.

### 3. DETALHAMENTO/ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL PARA INSPETORIAS DO CREA-RS, CONTEMPLANDO MONITORAMENTO DE ALARMES, PRONTO ATENDIMENTO, INSTALAÇÃO (EM REGIME DE COMODATO) E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS BÁSICAS ABAIXO:**

#### 3.1. Centrais de alarme:

- 3.1.1. Corrente de Saída Auxiliar 1,2 A @ 12 Vdc.
- 3.1.2. Corrente de Saída de Sirene1 A com bateria, 400 mA sem bateria.
- 3.1.3. Dimensões do produto (Lx Ax P) 209 x 92 x 273 mm.
- 3.1.4. Peso bruto 1,33 kg;
- 3.1.5. Peso líquido 1,065 kg.
- 3.1.6. Saída PGM (programada) 50 mA @ 12 Vdc.
- 3.1.7. Temperatura de operação -10°C a +50°C.
- 3.1.8. Tensão Carregador de Bateria 12 Vdc.
- 3.1.9. Tensão de alimentação 90 a 265 Vac (automática).
- 3.1.10. Incluída a caixa central.
- 3.1.11. Quantidade: 01(uma) central de alarme para cada Inspetoria.

#### 3.2. Baterias:

- 3.2.1. Tensão - 12 Vdc.
- 3.2.2. Capacidade - 7 Ah (C20).
- 3.2.3. Carga em tensão constante; 25 °C.
- 3.2.4. Flutuação - 13,6 a 13,8 V.
- 3.2.5. Cíclico - 14,4 a 15,0 V.
- 3.2.6. Corrente inicial - 2,10 A.
- 3.2.7. Peso - Aprox. 2 kg (tolerância de ± 4%).
- 3.2.8. Dimensões (C x L x A) - 151 x 65 x 100 mm.
- 3.2.9. Quantidade: 01(uma) bateria para cada Inspetoria.

#### 3.3. Sirenes:

- 3.3.1. Tensão de alimentação: 12 VDC/ 24 VDC.
- 3.3.2. Potência de 116 dB em 1m;
- 3.3.3. Cor Branca ou preta.
- 3.3.4. Corrente Elétrica de 175 mA.
- 3.3.5. Quantidade: 02(duas) sirenes para cada Inspetoria.
- 3.4. **Sensores Infravermelhos internos com suporte articulados para cada sensor:**
- 3.4.1. Saída para alarme do tipo contato (rele de estado sólido) e tamper.
- 3.4.2. Análise de sinal digital.
- 3.4.3. Pet imunidade até 55 libras (25 kg).
- 3.4.4. Quadro Linear de tecnologia de imagem para análise precisa das dimensões corporais e diferenciação de origens e animais de estimação.
- 3.4.5. Tecnologia ASIC-Advanced.
- 3.4.6. Design compacto para instalações comerciais.
- 3.4.7. Ajustável variável de contagem de pulso (1,2 ou 3 selecionável).
- 3.4.8. PIR com ajuste de sensibilidade (potenciômetro).
- 3.4.9. Alcance de detecção de até 15 metros de distância.
- 3.4.10. Calibração automática e adaptação ao ambiente em que está instalado.
- 3.4.11. Selos de Aprovação Internacionais: CE (EMC), FCC / IC, UL / ULC.
- 3.4.12. Compatível com todas as marcas de alarmes com fio do mercado nacional e internacional.
- 3.4.13. Quantidade: conforme constante na planilha do item 2.1.11.
- 3.5. **Porteiros Eletrônicos:**
- 3.5.1. Abertura: Fechadura eletromagnética: 12 V / A.
- 3.5.2. Acionamento de contato seco: 24 V / A.
- 3.5.3. Comunicação: Via protocolo digital próprio.
- 3.5.4. Alimentação: Fonte interna: 90-240 V (automática) - Fonte externa: 18 V/330 Ma.
- 3.5.5. Tensão de operação: 18 V.
- 3.5.6. Frequência de operação: 50/60 Hz.
- 3.5.7. Consumo: < 1 W.
- 3.5.8. Tipo de conexão: Conector de pressão (engate rápido).
- 3.5.9. Quantidade: 01(um) porteiro eletrônico para cada Inspetoria.
- 3.6. **Câmeras de Vigilância:**
- 3.6.1. VHD 1010 B 3,6MM 10M INTELBRAS.
- 3.6.2. Sensor - 1/4" 1.0 megapixels CMOS.
- 3.6.3. Pixels efetivos - 1280 (H) x 720 (V).
- 3.6.4. Linhas horizontais - 1280 H.
- 3.6.5. Resolução real - HD (720p).
- 3.6.6. Lente - 3,6 mm.
- 3.6.7. Ângulo de visão - 68º (H).
- 3.6.8. Alcance IR - 10 m.
- 3.6.9. IR inteligente - Sim.
- 3.6.10. Dia e Noite, BLC e AGC- Sim.
- 3.6.11. Consumo máximo - 2,5 W (210 mA).
- 3.6.12. Tensão - 12 Vcc.
- 3.6.13. Grau de Proteção.
- 3.6.14. IP66.
- 3.6.15. Local de instalação - Interno e externo.
- 3.6.16. Quantidade: conforme constante na planilha do item 2.1.11.
- 3.7. **Botão de pânico:**
- 3.7.1. Quantidade: 01(um) botão de pânico para cada Inspetoria.

3.8. **Teclado de alarme com display LCD:**

3.8.1. Quantidade: 01(um) teclado para cada Inspeção, exceto Inspeções de Santa Rosa (3 teclados) e Erechim (2 teclados).

3.9. **Acessórios, Cabos e Demais Itens Necessários para a Instalação e Funcionamento:**

3.9.1. Aplicação - Uso em DVR e NVR stand alones até 8 baias.

3.9.2. Capacidade de câmeras - 32 simultâneas.

3.9.3. Interface - SATA 6 Gb/s.

3.9.4. Velocidade dos discos - Variável com tecnologia Intellipower.

3.9.5. Garantia - 3 anos limitada, com troca expressa Intelbras.

3.9.6. Capacidades disponíveis - 1TB, 2TB e 3TB.

3.9.7. Dimensões (L x P x A) - 101,6 x 147 x 26,1 mm.

3.9.8. Peso - 0,68 Kg.

3.9.9. MTBF - 1 milhão de horas.

3.9.10. Processador principal - Microprocessador embutido de alto desempenho.

3.9.11. Entradas de vídeo - 4 canais, BNC.

3.9.12. Saída de vídeo - 1 HDMI, 1 VGA.

3.9.13. Resolução máxima de gravação - 1080N.

3.9.14. Entradas de áudio - 1 canal, RCA.

3.9.15. Saída de áudio - 1 canal, RCA.

3.9.16. Capacidade de armazenamento - Suporta 1 HD SATA.

3.9.17. Dimensões (L x P x A) - 1U, 260 mmx 220mm x 40mm.

3.9.18. Corrente Máxima: 1 A.

3.9.19. Proteção contra curto circuito na saída e sobrecarga.

3.9.20. Proteção contra sobre temperatura (aquecimento).

3.9.21. Frequência de operação de 50 a 60 Hz.

3.9.22. Saída de tensão totalmente estabilizada.

3.9.23. Filtros EMI e EFL.

3.9.24. Filtros contra interferência na imagem.

3.9.25. Tensão de saída 12VDC.

3.9.26. Bivolt.

3.10. **Composição dos elementos do sistema de alarme por Inspeção (infravermelhos e câmeras).**

Nº	INSPETORIA	ENDEREÇO	COMPOSIÇÃO DO SISTEMA
1	ALEGRETE	Rua Gen. Sampaio nº 984, sala 111	6 infravermelhos
2	BAGÉ	Rua Alan Kardec nº 177 - loja 01	6 infravermelhos
3	CANELA/GRAMADO	Rua Dona Carlinda nº 221	6 infravermelhos
4	CARAZINHO	Rua Barão de Antonina nº 303, sala 101	6 infravermelhos
5	CRUZ ALTA	Rua Venâncio Aires nº 1611, sala 03	6 infravermelhos
6	ERECHIM	Rua Engenheiro Firmino Girardello nº 131	12 infravermelhos e 5 câmeras
7	PANAMBI	Rua Holanda nº 182, sala 207	6 infravermelhos
8	PASSO FUNDO	Rua Coronel Chicuta nº 64-A	6 infravermelhos
09	PELOTAS	Rua Gonçalves Chaves, 452	12 infravermelhos e 3 câmeras
10	SANTA CRUZ DO SUL	Rua Sete Setembro nº 149, sala 2	6 infravermelhos
11	SANTA MARIA	Av. Borges de Medeiros nº 1830	6 infravermelhos

12	SANTA ROSA	Travessa Acre nº 40	12 infravermelhos e 3 câmeras
13	SANTIAGO	Rua Pinheiro Machado nº 1319, salas 01/02	6 infravermelhos
14	SANTO ÂNGELO	Travessa Oscar Ernesto Jung nº 111	12 infravermelhos
15	SÃO BORJA	Rua Felix da Cunha nº 247, sala 101	6 infravermelhos
16	TAQUARA	Rua Federação nº 1820	6 infravermelhos e 3 câmeras
17	TRÊS PASSOS	Rua Roque Gonzales nº 378, sala 02	6 infravermelhos

### 3.11. Do registro da atividade técnica:

3.11.1. A contratada deverá fornecer a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução dos serviços antes de iniciar a execução do objeto.

### 3.12. Das atividades e responsabilidades da empresa contratada para a realização dos serviços:

3.12.1. Manter plantão de monitoramento 24h (vinte e quatro horas) e, quando constatadas alterações, deslocar uma viatura até o local do monitoramento, para fins de verificação dos pontos do imóvel onde tem acesso físico e/ou visual;

3.12.2. Providenciar a manutenção e/ou substituição total ou parcial do equipamento mantendo-se a prestação dos serviços sem qualquer perda de qualidade de monitoramento quando este(s) apresentar(em) defeito, seja detectado pelo CONTRATANTE ou pela CONTRATADA;

3.12.3. Realizar rondas aleatórias no local monitorado, localizado no endereço descrito na listagem abaixo, sem qualquer custo adicional, independente das rondas extraordinárias que podem ser solicitadas pelo contratante.

3.12.4. Manter um registro atualizado das operações realizadas em detrimento da execução do presente objeto. Informar sobre o funcionamento dos equipamentos, bem como a forma correta de uso por meio de um "Manual do Usuário", assim como de maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

3.12.5. Comunicar quando da ocorrência de falhas no sistema que tenham sido registradas e possam comprometer a plena funcionalidade do sistema de alarme.

3.12.6. Apresentar relatórios mensais de prestação de serviços, informando a situação técnica do sistema, bem como ocorrências durante o período e providências que foram tomadas.

3.12.7. Atender as ocorrências nas dependências patrimoniais dos endereços listados abaixo, por meio de agentes altamente treinados, veículos automotores e equipamentos adequados desde o momento em que o Centro de Operações registrar um evento.

3.12.8. Se responsabilizar por registrar todos os eventos gerando boletins à ser entregue ao preposto/fiscal do contrato no endereço da prestação dos serviços. Verificada a ocorrência de sinistro adotar os seguintes procedimentos, respectivamente: O Agente de Monitoramento irá informar à atendente de plantão sobre a situação encontrada e a atendente de plantão tomará as providências necessárias para o caso específico, conforme prévia combinação entre as partes. Caso necessário, serão acionados os órgãos de segurança pública competentes.

### 3.13. Da Qualificação Técnica:

3.13.1. Certidão de Registro no Conselho Profissional competente do Estado de origem, domicílio ou sede do licitante.

3.13.2. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente profissional de nível superior devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestados de responsabilidade técnica para execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto deste certame, devidamente registrados no Conselho Profissional competente.

3.13.3. A prova de a empresa possuir no quadro permanente, profissional de nível superior será feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou por meio de contrato de prestação de serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou ainda, se for o responsável técnico da empresa deverá estar indicado na Certidão do Conselho Profissional competente.

## 4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

4.1. O valor médio estimado para esta contratação está demonstrado na tabela abaixo, elaborado conforme orçamentos prévios e pesquisa de mercado efetuada pela unidade solicitante.

Objeto:	01 - Contrato PM Camburiú	02 - Contrato Itapira	03 - Contrato PM Montenegro	04 - Contrato Câmara Garuva	MÉDIA MONITORAMENTO MENSAL
MONITORAMENTO DE ALARME	Valor Mensal R\$ 590,00	Valor Mensal R\$ 420,00	Valor Mensal R\$ 440,00	Valor Mensal R\$ 500,00	Valor Mensal R\$ 487,50

		05 - Contrato Estado RS	06 - Contrato Rincão	07 - Orçamento Rota Smart	MÉDIA TAXA DE INSTALAÇÃO
Valor taxa de Instalação (novas instalações e reinstalações para casos de troca de endereço) Desinstalações não serão cobradas - não deverá ter custo	R\$	300,00	R\$ 400,00	R\$ 100,00	R\$ 266,67
		Valor Total - referencial - por localidade			R\$ 754,17

## 4.2. TABELA PREÇOS REFERÊNCIA – MÁXIMO ADMITIDO POR LOCALIDADE

Nº	INSPETORIA	MENSALIDADES valor referência por localidade	Taxa Instalação	total por localidade
1	ALEGRETE	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
2	BAGÉ	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
3	CANELA/GRAMADO	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
4	CARAZINHO	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
5	CRUZ ALTA	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
6	ERECHIM	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
7	PANAMBI	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
8	PASSO FUNDO	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
9	PELOTAS	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
10	SANTA CRUZ DO SUL	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
11	SANTA MARIA	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
12	SANTA ROSA	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
13	SANTIAGO	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
14	SANTO ÂNGELO	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
15	SÃO BORJA	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
16	TAQUARA	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
17	TRÊS PASSOS	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17
VALOR TOTAL		R\$ 8.287,50	R\$ 4.533,39	R\$ 12.820,89
Valor taxa de Instalação (novas instalações e reinstalações para casos de troca de endereço) Desinstalações não serão cobradas - não deverá ter custo				

PREÇO REFERENCIAL PARA DISPUTA - UNITÁRIO POR LOCALIDADE			
OBJETO:	MENSALIDADES valor máximo referência por localidade	TAXA DE INSTALAÇÃO (conforme ocorrência) valor máximo referência por localidade	VALOR TOTAL PARA DISPUTA por localidade
MONITORAMENTO DE ALARME COM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA INSPETORIAS DO CREA-RS	R\$ 487,50	R\$ 266,67	R\$ 754,17

4.3. Será pago a contratada o valor mensal para a prestação dos serviços em todas as Inspetorias do CREA-RS, constantes no item 2.1.11.

4.4. Os valores de instalação/desinstalação do sistema de alarme foram apresentados para que, em caso de reformas nas unidades ou outra situações, o CREA-RS tenha conhecimento dos valores a serem arcados.

4.5. No valor dos serviços deverão estar inclusos todos os encargos e custos, diretos e indiretos, que incidam sobre o mesmo.

4.6. Nos preços propostos pela proponente, deverão estar incluídos os lucros, todos os pagamentos, custos, transportes, carga e descarga de materiais, despesas de execução, mão de obra, leis sociais, tributos, impostos, taxas, multas, seguros e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços e o pessoal contratado, que serão de exclusiva e total responsabilidade da empresa contratada.

## 5. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Conforme pesquisa prévia junto à Contabilidade, e com base nos empenhos anteriores, as despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento, e será atendida pela seguinte dotação:

**Rubrica Orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.09.009 – Serviços de Segurança Predial e Preventiva**

**Disponibilidade Orçamentária: R\$ 200.000,00**

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se for o caso, será indicada após aprovação do orçamento anual respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou termos aditivos e emissão de empenhos complementares.

**6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

6.1. O objeto desta contratação será recebido após a avaliação do fiscal do contrato.

6.2. Correrão por conta da contratada todas as despesas para realização das atividades descritas no termo de referência deste edital tais como: seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais custos decorrentes da prestação dos serviços contratados.

6.3. Se constatadas irregularidades na execução do objeto contratual o CREA/RS poderá rejeitá-la no todo ou em parte, determinando sua correção integral, ou parcial, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**7. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO:**

7.1. Os serviços de instalação devem ser concluídos em até 15 (quinze) dias úteis, contados à partir da assinatura do contrato.

7.2. Local de Entrega/Execução: Nas inspetorias do CREA-RS, conforme endereços no item 2.1.11.

7.3. Horário para Execução dos Serviços: de segunda à sexta-feira das 09hs às 17Hs.

7.4. Vigência da contratação: 01(um) ano, com possibilidade de renovação conforme leis vigentes.

**8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila ou aditivo.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.5. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, mediante atesto recebimento dos serviços prestados pelo fiscal de contrato.

8.6. O fiscal de contrato deverá informar ao gestor do contrato eventuais falhas quando da prestação dos serviços pela contratada.

8.7. O gestor do contrato, com base nas informações encaminhadas pelo fiscal de contrato, tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

8.8. A execução dos serviços contratados deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.9. O gestor do contrato, automaticamente, é o Gerente da área solicitante.

8.10. Nomeia-se para a fiscalização desta contratação o Engenheiro Civil Donário Rodrigues Braga Neto, matrícula funcional nº 1533, Gerente das Inspetorias e Fiscalização do CREA-RS.

**9. CONDIÇÕES GERAIS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 ano contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista a frequência de uso dos serviços.

9.3. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis, após o recebimento do faturamento dos serviços prestados, e mediante aceite do objeto pelo fiscal do contrato.

9.4. O faturamento deverá ser encaminhado ao Setor de Liquidações, através do e-mail [contratos@crea-rs.org.br](mailto:contratos@crea-rs.org.br), para o recebimento, análise e atesto pelo fiscal do contrato.

9.5. A contratada deverá manter-se regular, durante toda vigência contratual, com toda a documentação de sua habilitação exigida quando da contratação. Além da regularidade junto a CEF, efetuada por intermédio do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, deverá ainda ser comprovada a manutenção da regularidade dos débitos trabalhistas e dos tributos federais, estaduais e municipais do Contratado, sob pena de não serem liberados os pagamentos.

**10. SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto contratual, para cobrir as parcelas de serviços de instalação, monitoramento e funcionamento dos alarmes das inspetorias, para eventual não abrangência de ponto de instalação e monitoramento diretamente pela contratada, em algum dos municípios de localização de nossas Inspetorias, limitado ao percentual estimado de até 25% do total de pontos solicitados, ou até o percentual limite permitido por lei.

10.2. A subcontratação deverá ser comunicada pela Contratada e autorizada previamente com o Contratante, e não afasta a responsabilidade da prestação dos serviços pela Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**11. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO / VISTORIA**

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. Interessados poderão realizar vistorias aos locais da prestação dos serviços, a fim de tomarem ciência de todas as condições do local e dos serviços a serem realizados, mediante agendamento prévio junto à Gerência das Inspetorias, através do telefone (51) 3320-2214, no horário das 09h às 12h e das 13h às 17h30.

**12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.4. **Multa:**

12.2.4.1. Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia (quando solicitado na contratação);*

12.2.5. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

12.2.6. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

12.2.7. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.

12.2.8. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 7% a 10% do valor do Contrato.

12.2.9. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 7% do valor do Contrato.

12.3. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

- 12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.10. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- 12.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.10.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 12.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).
- 12.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 12.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 12.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### 13. DEVERES DA CONTRATADA:

- 13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 13.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 13.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 13.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 13.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 13.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);



- 13.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 13.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 13.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 13.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 13.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 13.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 13.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 13.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 13.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 13.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 13.1.22. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica necessários para o cumprimento do objeto contratado, sem ônus para contratante.
- 13.1.23. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
- 13.1.24. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

#### 14. DEVERES DA CONTRATANTE:

- 14.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 14.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 14.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 14.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 14.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 14.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- 14.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.
- 14.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 14.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 15. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

- 15.1. *A contratada compromete-se cumprir fielmente a Lei Geral de Proteção de Dados, nos termos e condições a seguir relacionados:*
- 15.2. A empresa CONTRATADA, por si, seus representantes legais, funcionários, prepostos e colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física ("Titular") identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados"), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados Pessoais vinculados ao CREA-RS.
- 15.3. A empresa CONTRATADA obriga-se a manter os Dados Pessoais a que tiver acesso em sigilo, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a protegê-los contra acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão ("Tratamento não Autorizado ou Incidente"), bem como a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer elementos de dados pessoais que passe a ter acesso a partir da assinatura deste termo, sendo igualmente vedada a utilização desses dados após o término da finalidade para a qual foram coletados
- 15.4. A empresa CONTRATADA, por si e seus funcionários, prepostos e colaboradores, compromete-se a:
- 15.5. Tratar como confidencial todos os documentos e dados a que vier a ter acesso em razão da intenção de firmar contrato.
- 15.6. Tratar os documentos e os dados pessoais com o mesmo nível de segurança que trata seus documentos, dados e informações de caráter confidencial
- 15.7. Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins de celebrar futuro contrato, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta
- 15.8. Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas ou acordadas com o CREA-RS
- 15.9. Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para as quais tenham sido coletados e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis
- 15.10. Conservar os dados apenas durante o período necessário à celebração da contratação. Quando da finalização da contratação, a empresa CONTRATADA poderá manter os dados pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a sua efetiva confidencialidade
- 15.11. Notificar o CREA-RS, no prazo de até 24 horas, caso haja alguma suspeita ou incidente de segurança concreto envolvendo dados pessoais, informando os tipos de dados pessoais potencialmente comprometidos ou vazados; quaisquer medidas para mitigação ou remediação tomadas ou planejadas em resposta ao incidente, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada.
- 15.12. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição e portabilidade
- 15.13. Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste termo, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares
- 15.14. Os dados coletados poderão estar armazenados em ambiente seguro e controlado pela empresa CONTRATADA, ou de terceiro por ele contratado desde que este terceiro assuma, por escrito, as mesmas responsabilidades em relação a proteção de dados assumidas pela empresa CONTRATADA, não podendo guardar, armazenar ou reter os dados por tempo superior ao prazo legal
- 15.15. A empresa CONTRATADA se compromete a devolver ou excluir os Dados que vier a ter acesso, em até 30 (trinta) dias, nos casos em que (i) o CREA-RS solicitar; (ii) o contrato não for renovado ou, se renovado, for rescindido
- 15.16. A empresa CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados em decorrência da violação de suas obrigações no âmbito desta contratação, da violação da legislação de proteção de dados em vigor ou da violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir ao CREA-RS por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários e custas processuais efetivamente incorridos ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação
- 15.17. O instrumento contratual constitui o acordo integral entre as Partes quanto a seu objeto, substituindo qualquer outro acordo sobre tal matéria. Alterações, aditamentos e renúncias ao contrato deverão ser realizados por escrito.
- 15.18. A forma de celebração contratual por meios eletrônicos, digitais e informáticos, é reconhecida como válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto no artigo 10, da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor
- 15.19. A invalidade de uma ou mais disposições contratuais não afetará a validade das demais condições. A disposição inválida será substituída, mediante acordo mútuo, por uma disposição que seja adequada para os mesmos fins, considerando-se os interesses de ambas as Partes.

***Este Termo de Referência deve ser assinado pelo Setor Requisitante/Gerência, e assinado pela Autoridade Competente/Presidente como aprovação.***

**DE ACORDO, AUTORIZA-SE.**



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO DA COSTA PEREIRA, Gerente**, em 06/01/2025, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DONÁRIO RODRIGUES BRAGA NETO, Gerente**, em 06/01/2025, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NANCI CRISTIANE JOSINA WALTER, Presidente**, em 06/01/2025, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **2674059** e o código CRC **204EE36C**.

Referência: Processo nº 2024.000019195-8

SEI nº 2674059

Local: Porto Alegre